

# Jangada de pedra contra a maré? A experiência do governo de esquerda em Portugal (2015-2019)

Leandro Galastri\*

**RESUMO:** o objetivo deste artigo é traçar um panorama geral da recente história do governo de esquerda português que ficou conhecido pelo nome de “geringonça”, uma definição irônica utilizada pela oposição de direita e que, também de forma irônica, foi assumida pelos próprios integrantes da coalizão parlamentar. Desde 2015, o Primeiro Ministro português António Costa lidera o governo do PS, que é sustentado pela maioria parlamentar conquistada com a união dos votos do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda. Nenhum dos dois partidos, entretanto, faz parte do gabinete de Costa, mantendo sua independência crítica e a autonomia da militância. Ao cabo, pretende-se aqui sugerir a reflexão sobre as possibilidades de se reproduzir tal fórmula de coalizão política de esquerda, voltada para políticas de bem-estar social, em outros países pobres como alternativa à cartilha econômica neoliberal de asfixia de economias vulneráveis por meio do saque sistemático de suas riquezas.

**Palavras-chave:** Geringonça; Bloco de Esquerda; PCP; Portugal; União Europeia.

**ABSTRACT:** the objective of this article is to give an overview of the recent history of the Portuguese left-wing government, known as the "geringonça", an ironic definition used by the right-wing opposition and, also ironically, assumed by the parliamentary coalition. Since 2015, the Portuguese Prime Minister António Costa has led the PS government, which is supported by the parliamentary majority won by the union of the votes of the Communist Party and the Left Bloc. Neither party, however, is part of Costa's cabinet, maintaining its critical independence and the autonomy of militancy. At the outset, we suggest here a reflection on the possibilities of reproducing such a leftist political coalition formula, focused on social welfare policies, in other poor countries as an alternative to the neoliberal economic spelling book of suffocation of vulnerable economies through the legal robbery of their wealth.

**Keywords:** Geringonça; Left Bloc; PCP; Portugal; European Union.

## Apresentação

Este texto procura traçar um breve panorama da experiência governativa da “Geringonça” portuguesa, uma coalizão apenas entre partidos de esquerda que logrou governar Portugal entre 2015 e 2019 com bons resultados em termos de recuperação econômica e do bem-estar social. Trata-se, na verdade, do governo do Primeiro Ministro António Costa, do Partido Socialista, que se mantém apoiado, no parlamento, pelo

---

\* Professor de Ciência Política da Unesp-Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

Partido Comunista Português e pelo Bloco de Esquerda. Tais partidos têm garantido a maioria necessária para a manutenção do gabinete de Costa. Com o fim da legislatura atual e a chegada de eleições em 2019, não há certezas quanto ao futuro da “Geringonça”, mas seu sucesso e ineditismo ainda chamam a atenção pelo mundo e impõem, pelo menos à esquerda do espectro político, a necessária reflexão sobre as condições para se reproduzir sua experiência em outros lugares. Em tempos ameaçados pelo recrudescimento do fascismo como instrumento atual da estratégia neoliberal, trata-se de uma reflexão mais que necessária.

### **Eleições de 2015: esquerda, volver!**

“Não é bem um governo, é uma geringonça”. Assim Paulo Portas, um dos líderes parlamentares da direita que acabava de ser apeada do poder em Portugal, definia a nova coalizão partidária que daria suporte ao gabinete socialista de Antônio Costa, definição que seria depois ironicamente assumida pelos protagonistas. Era então 10 de novembro de 2015, acabavam de ser assinadas as chamadas “posições comuns” entre Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista-Verdes e sedimentadas as condições que garantiriam a maioria parlamentar ao Partido Socialista pelos próximos quatro anos (ESTEVES, 2017, p.1). Portugal procuraria agora contornar, ou pelo menos atenuar, os efeitos das regras orçamentárias draconianas que, durante os quatro anos anteriores, tinham sido ditadas à subserviente direita portuguesa por essa verdadeira quadrilha internacional de super-ricos, promotora de saques a países pobres da Europa, chamada “Troika” (formalmente a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI)<sup>1</sup>.

No momento em que o primeiro ministro do Partido Socialista tomava posse, a má vontade das instituições da União Europeia para com Portugal era bem maior do que em relação a países como França e Espanha, com déficits já maiores que o de Portugal, bem acima dos 3% impostos pela União Europeia (LENOIR; DARCY, 2017b, p.2). A administração partira de bases econômicas desfiguradas pelo estrangulamento anterior.

---

<sup>1</sup> Não se trata aqui de metáfora, que bem pobre seria. As instituições econômicas multilaterais internacionais conferem blindagem e selo de legitimidade às grandes corporações financeiras para atuarem como apostadores (especuladores) num cassino planetário, ou, mais exatamente, agiotagem mundial. Aquelas mesmas instituições multilaterais decidem e impõem ao resto do mundo o que será considerado legal (ou o que lhes é conveniente) ou ilegal nessas operações, o que é “transparente” (mais uma vez, o que lhes é conveniente) e o que é “suspeito”. Para uma análise profunda e crítica a respeito, ver BRATSIK, 2017.

Entre a população, as manifestações anti-austeridade já eram uma realidade entre 2011 e 2014. Em março de 2011, Portugal recorrera a uma ajuda financeira de 78 bilhões de euros para se safar de um déficit público de 7,4% do PIB (Idem). O país teve então de se resignar às vampirescas exigências da “Troika”. As eleições legislativas de junho seguinte levariam ao poder uma coalizão de direita entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS-PP) que, por iniciativa própria, tornaria ainda mais dura a experiência de austeridade fiscal (Idem, p.4).

Sob o governo direitista da coalizão PSD (Partido Social Democrata) -CDS/PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), o salário mínimo português permaneceu congelado em 485 euros mensais brutos (para 14 salários em um ano) entre 2011 e 2014, sofrendo perdas reais a partir de 2013 devido ao aumento dos descontos das contribuições sociais. Em seguida, os funcionários públicos perderam o 13º e o 14º salários. Aumentaram-se as contribuições para a previdência e a seguridade social. Sobrevieram mudanças nos direitos trabalhistas, como corte pela metade no pagamento de horas-extras e redução do valor e do tempo cobertos pelo seguro desemprego. Além disso, houve cortes no orçamento para serviços públicos como saúde e educação (Idem, p. 5).

Nas eleições legislativas de 4 de outubro de 2015 o então Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho, do PSD, venceu com 38,5% dos votos, em coligação com o CDS/PP.<sup>2</sup> Coelho havia governado o país de 2011 a 2015, mas, dessa vez, não conseguira manter a maioria no parlamento português (Assembleia da República) que lhe havia garantido a aplicação das medidas de austeridade econômica que tantos empregos custaram aos portugueses, além de intensa queda no valor dos salários. (O QUE É..., 2018, p.1). Os partidos de esquerda aumentaram seus números, deixando o bloco de direita minoritário na Assembleia, com 107 deputados em um total de 230.

Ao fim das eleições, o presidente da República Cavaco Silva reconduziu Pedro Passos Coelho ao posto de Primeiro Ministro. O Partido Socialista, então com aproximadamente um terço dos votos (32,31%, 86 assentos), tinha a alternativa da

---

<sup>2</sup> São resultados que devem ser relativizados, conforme lembra Fernando Louçã, membro do Bloco de Esquerda. O número das abstenções fora “superior à média habitual”, sendo preciso levar em conta um contexto no qual mais de 400 mil portugueses deixaram o país nos anos de austeridade (numa população de aproximadamente 10 milhões de habitantes), a maioria deles jovens e inscritos nos registros eleitorais, mas impossibilitados de votar por não residir no país (LOUÇÃ, 2015, p 2.). Parte destes começaram a voltar após a recuperação de empregos e salários promovidas pelo governo de António Costa.

aliança com os outros partidos de esquerda para indicar um novo chefe do Executivo. A pressão popular pelo fim das medidas de austeridade já era ostensiva e, após curtas, mas intensas negociações, a aliança com o PCP-Verdes (8,25% dos votos) e Bloco de Esquerda (10,19%) foi feita.

As primeiras condições para a aliança com o Partido Socialista haviam sido postas já pelo BE, coordenado por Catarina Martins, e eram o abandono “de três medidas emblemáticas de seu programa: a liberalização das demissões, o congelamento das pensões e a redução das contribuições patronais para a seguridade social” (LENOIR; DARCY, 2017a, p.4). Do lado do PS, tratava-se também de um passo na direção contrária de seus coirmãos europeus, programaticamente esvaziados e convertidos ao pragmatismo elitista neoliberal. A derrubada de Pedro Coelho se tornou possível então com a união das esquerdas no parlamento, em apoio ao nome de António Costa e ao PS, que havia concorrido sozinho. O gabinete provisório de direita caiu em 10 de novembro de 2015 (O QUE É..., 2018, p.1).

As eleições de 2015 em Portugal, apesar de ainda terem dado maioria absoluta ao PSD, viram os votos da direita cair em mais de um terço e os da esquerda radical (basicamente PCP-Verdes e BE) aumentarem mais que isso (CARUJO; PRÍNCIPE, 2016, p.1). Era difícil acreditar na vitória conservadora após quatro anos de políticas profundamente antipopulares. Houve atenuações, entretanto, das exigências do Banco Central Europeu pouco antes das eleições. Por exemplo, o “programa de juros reduzidos”, que permitiu ao governo conservador português respeitar os critérios impostos pela “Troika” sem precisar recorrer a um segundo pedido de “resgate financeiro” (cujas consequências para os salários e serviços públicos são conhecidas): “o fato de a Grécia jamais ter obtido uma ajuda desse gênero demonstra brutalmente a natureza política da manobra: as instituições europeias tentam justamente evitar o fortalecimento das contestações vindas pela esquerda” (Idem).

Além da atenuação das medidas de austeridade “em cima da hora” para permitir ao PSD a vitória nas urnas, era perceptível incapacidade de toda a esquerda de concorrer com as narrativas hegemônicas e o discurso do “não há alternativa”, da necessidade de “sacrifícios compartilhados” e das demonstrações algébricas falaciosas do “déficit” público. Não se pode negar que também o PS se omitiu, uma omissão danosa, dado seu potencial eleitoral. De toda forma, o avanço eleitoral da esquerda radical acabou permitindo mais cadeiras na Assembleia da República e, em consequência, a

possibilidade de sobrepujar numericamente a direita parlamentar, tornando sustentável um governo do PS. O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista obtiveram, respectivamente, 10,2% e 8,2% dos votos. Quase 20% da nova assembleia seria ocupada por deputados explicitamente contrários não apenas às medidas de austeridade, mas ao próprio capitalismo (Idem).

### **“Geringonça”: forma e conteúdo**

Marx afirma, na introdução de seu “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, que os homens fazem a história, mas, constrangidos por condições legadas pelo passado, não a fazem como querem. Antônio Costa poderia objetar que, com boas relações pessoais, se pode tentar. Não apenas sua ligação familiar e pessoal com o PCP ajudou a azeitar as engrenagens do acordo com os comunistas (seu pai era um velho quadro do partido e levava o jovem Costa às reuniões) (GALRÃO; TAVARES, 2016, p.92), mas a imagem externa da “geringonça” contou com uma nada desprezível “mãozinha” de um conhecido pessoal alemão de Costa, o ministro das finanças de Angela Merkel, Wolfgang Schäuble. O banco alemão Commerzbank publicara um documento intitulado “Portugal: a próxima Grécia?”, levantando dúvidas sobre a viabilidade de um governo de esquerda em Portugal. A isto, o ministro alemão respondera, em uma reunião de que participava em Bruxelas: “[estou] confiante de que Portugal irá continuar no rumo que tem sido seguido e que tem sido bem-sucedido” (Idem, p.288). Uma declaração de fiança, ainda que desconfiada, da Alemanha, parecia avalizar os primeiros passos do PS à frente do governo.

O então presidente Cavaco Silva, conservador empedernido e neoliberal das primeiras horas, estava muito pouco à vontade com a prerrogativa de ter que nomear um governo sustentado por comunistas de vários matizes. De fato, protelou a tarefa por vários dias por causa de viagens e “compromissos” de última hora, dando palestras, entrevistas e deixando claro a todo o país, de forma muito pouco leal, e a seus eleitores em particular, que nomearia o novo gabinete muitíssimo a contragosto e esperando o pior para o país. Assim que a informação oficial da constituição de um novo governo chegou à imprensa, Cavaco Silva foi a público deixar muito claro que não queria tal governo de esquerda e “alertava” insistentemente para os “perigos” de uma solução dessa natureza (Idem, pp.192; 218). Viria ele a evocar com veemência o malfadado espectro do comunismo, o risco de quebra da confiança das instituições europeias,

credoras e investidoras em Portugal e o agravamento da situação econômica em função disso tudo. O resultado deve ter sido desolador para o mandatário direitista:

Cavaco Silva foi um dos grandes derrotados destes dias, como Presidente da República. Tentou um Bloco Central. Desconfiava profundamente de a hipótese da esquerda radical chegar ao poder com consistência e estava longe de o desejar. Inflamou o debate com discursos duros. E acabou a unir mais a esquerda do que a dividi-la” (GALRÃO; TAVARES, 2016, p.302).

A aliança foi formada com alguma dificuldade. Comunistas se recusavam a sentar à mesma mesa que o Bloco de Esquerda. As negociações para a condução do governo, aliás, continuam a se fazer separadamente (LENOIR; DARCY, 2017a, p.4). O acordo inclui também os Verdes, ligados ao PCP numa coligação fixa de já longa data, formando um “sub-bloco” próprio, a chamada Coligação Democrática Unitária (CDU).

As negociações para a formação do governo da “geringonça” resultam, a 10 de novembro de 2015, na assinatura das chamadas “posições comuns”, e de forma bilateral, entre o PS, BE, PCP e Verdes. A negociação de aproximação do PS com partidos à sua esquerda não ocorria havia 40 anos, o que mostra o ineditismo da situação<sup>3</sup>. No âmbito eleitoral, para superar a descrença e a apatia dos eleitores, a campanha da esquerda radical centralizou-se na crítica da austeridade e na defesa dos salários e pensões, conseguindo alguma acolhida no seio popular, já que não se podia explicar de outra forma a queda abrupta do poder de compra dos trabalhadores.

A estabilidade e a flexibilidade da bem-sucedida formação da coalizão de esquerda chegariam a surpreender os próprios integrantes:

A resiliência resultou da enorme flexibilidade desta estrutura governativa. Um governo de um só partido que apenas a este compromete. Um apoio parlamentar por três partidos, que assenta em acordos bilaterais sobre objetivos muito concretos, deixando de fora as grandes divergências programáticas, em particular a Europa e os tratados e compromissos europeus, designadamente na frente orçamental (ESTEVEES, 2017, p.5).

Na voz de Paulo Portas, a direita fez o que sempre faz, seja celebrando vitórias, seja lambendo as feridas: evocou perigos e tormentas a que o sombrio espectro do comunismo poderia lançar o país: “Temo que a ‘geringonça’ deixe Portugal, a sua

---

<sup>3</sup> Conferir Freire (2017) também sobre o ineditismo, os problemas e obstáculos para as alianças, enfim, a história das relações político-partidárias entre as agremiações de esquerda em Portugal e também na Europa, após a Revolução Portuguesa de 1974.

credibilidade, a sua economia, a sorte dos nossos compatriotas à mercê das reuniões semestrais do comitê central na Soeiro Pereira Gomes” (ESTEVES, 2017, p.1)<sup>4</sup>.

Uma legislatura inteira depois, a lamentosa profecia não se realizou. No que se refere a concretos resultados econômicos, alguns números dão uma ideia aproximada da melhoria ocorrida em Portugal: o déficit público baixou para 2% em 2016, considerado o valor mais baixo nas democracias ocidentais; a economia cresceu 2,8% no primeiro trimestre do ano; o desemprego teve relevante queda de 13,2% no final de 2015 para 9,8% no início de 2017. Além disso, houve reposição de salários no funcionalismo público, descongelamento das pensões e aumento do salário mínimo (Idem).

Há diferenças de posição fundamentais entre os três principais partidos da coalizão governista. PCP e BE defendem a saída de Portugal do bloco do Euro, enquanto o PS é pró-europeu e se empenha no cumprimento das medidas de ortodoxia financeira preconizadas pela União Europeia. O Partido Comunista nutre desconfianças de longa data em relação aos socialistas, enquanto o Bloco de Esquerda, formado da fusão de vários partidos e movimentos da esquerda radical em 1999, defende uma política econômica autônoma, a auditoria da dívida pública portuguesa e a saída do país da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (LENOIR; DARCY, 2017b, p.1).

De um lado da coalizão estão comunistas e ecologistas unidos na “Coligação Democrática Unitária”. A CDU é importante estrutura de organização e captação de votos para comunistas e verdes. “Dar mais força à CDU” tem sido seu lema (RODRIGUES, 2019, p.1). Os comunistas enfatizam com frequência que, sem as forças que compõem a coligação e sua participação na atual legislatura, “muitos dos direitos e rendimentos repostos não o teriam sido” (PCP..., 2019, p.1). O PCP mostra um claro senso de oportunidade neste sentido e, volta e meia, reitera ao eleitorado que a atual coalizão provou o contrário do dogma neoliberal “There is no alternative”: “nesta nova fase da vida política nacional ficou provado que é possível e necessário ir mais longe” (Idem). Já para a militância e os eleitores fiéis desconfiados, o recado é “o primeiro e principal compromisso dos comunistas ter sido e continuar a ser com os trabalhadores e o povo portugueses, e não com o PS” (Idem).

A autonomia em relação ao governo é um reiterado recado tanto ao PS, para que tenha seus cuidados com sua base de apoio parlamentar, quanto para os eleitores de

---

<sup>4</sup> Soeiro Pereira Gomes, como se deduz, é o nome da rua onde se localiza a sede do PCP.

esquerda, para que não percam a confiança nos comunistas. Afinal, teoricamente ao menos, a estratégia que aparece nos pronunciamentos e editoriais do PCP mantém um tom hostil ao governo, falando-se em criar condições mesmo para a “ruptura” com o PS e construir um governo “patriótico e de esquerda” (EDITORIAL, 2019, p.1). Quando se fala nos avanços obtidos pelo governo da “geringonça”, as ressalvas aparecem: “Avanços que, *apesar de limitados pelo governo do PS*, claramente se distinguem do enorme retrocesso social imposto pelo governo PSD/CDS com o Pacto de Agressão, com os sacrifícios brutais que provocou ao povo português” (RODRIGUES, 2019, p.1). Respondendo a acusações de líderes da direita quanto ao suposto fracasso da “geringonça” devido a existência de várias greves, a estratégia comunista é sustentar o direito dos trabalhadores que fazem greve “porque não estão satisfeitos”, mas que “valorizam os avanços conseguidos”, não desejando retornar ao “retrocesso social do governo PSD/CDS, que tantos direitos liquidou” (Idem).

Do “outro lado” da coalizão está o Bloco de Esquerda. O BE é resultado da convergência de pequenas organizações da chamada “ultraesquerda” (trotskistas e maoístas) e de dissidentes do PCP e, tal como o espanhol Podemos, é parte também das novíssimas propostas de organização política que, diferentemente da estrutura modelar e tradicional dos antigos PCs, apresentam um formato que combina partido e movimento sócio-político, ou “de partidos que nascem de movimentos e seguem mantendo algumas de suas características ‘basistas’, assembleístas, rebeldes” (MORAES, 2016, p. 08).

O professor universitário e comentarista político Francisco Louçã (60 anos) é a figura pública mais conhecida do BE. Catarina Martins (42 anos) é a atual coordenadora do partido. Oriunda do ambiente artístico, é atriz e produz peças de teatro populares e politizantes pela Península Ibérica. Nos últimos anos o BE conheceu maior popularização entre os jovens, mas, segundo Moraes (2016, p. 30), “o crescimento da militância, de fato, teve como fator determinante a estrutura aberta da nova organização, que atraía e permitia a criatividade de movimentos diversos como os ambientalistas, feministas, estudantes, etc.” A chegada do BE com força para a coalizão que apoia o atual gabinete de António Costa ocorreu de fato nas eleições parlamentares de 2015, quando o partido elegeu 19 deputados, superando o PCP e se tornando a terceira força política do país (MORAES, 2016, p. 35).

Uma das estratégias discursivas que ajudou a elevar o percentual de votos dos bloquistas esteve ligada ao tema da dívida pública:



O Bloco de Esquerda também integrou a questão da dívida ao centro de sua atividade política nos últimos anos. Não é possível evocar a austeridade sem abordar o problema da dívida, já que o segundo era o pretexto para impor o primeiro. A austeridade não resolveu o alegado problema da dívida pública; pelo contrário, só o agravou. A dívida pública se torna um pretexto para impor o mais rápido possível um violento programa neoliberal de destruição do estado de bem-estar, redução do poder sindical e mercantilização de bens públicos. Esta é uma ofensiva brutal contra os direitos sociais dos trabalhadores e contra a democracia (CARUJO; PRÍNCIPE, 2016, p.2).

Esta perspectiva continua no centro das estratégias do BE, que considera que sem uma reestruturação da dívida e a renegociação das taxas de juros, o restabelecimento da economia portuguesa permanecerá sendo impossível.

Mas os pontos de princípio têm sido levados, até aqui, com moderação e pragmatismo por ambos os partidos que dão suporte a Costa. Em termos de um programa estratégico de Estado, é publicamente sabido que não haverá acordo entre PS, BE e PCP, cada um isolando-se do outro neste quesito. No entanto, a sobrevivência da “geringonça” é muito importante para continuar cumprindo uma tarefa que permanece urgente: barrar a ascensão da extrema-direita em Portugal e evitar que a onda fascista europeia bata às portas. O governo da “geringonça” ocorre em uma Europa marcada pelo colapso das denominações socialdemocratas e pela ascensão da extrema direita. Esta acontece no vácuo que uma direita neoliberal desgastada vai deixando atrás de si. Portanto, o pragmatismo e a moderação das exigências táticas da esquerda radical podem ser centrais para consolidar esta aliança parlamentar e mantê-la como um salutar exemplo, perante a Europa, de alternativa às medidas antipopulares da cartilha neoliberal da Troika e suas sementes de fascismo.

### **O governo da “Geringonça”**

Como já se viu acima, “Geringonça” foi, no início, um apelido pejorativo dado pela oposição conservadora com a intenção de classificar uma aliança que lhe aparecia como muito pouco funcional política e administrativamente, com risco de agravar as dificuldades do país. Trata-se, afinal, do gabinete liderado pelo primeiro ministro António Costa (ex-prefeito de Lisboa) do PS, considerado de centro-esquerda em Portugal, apoiado por siglas em geral classificadas como de “extrema esquerda” no contexto europeu: o PCP (em coligação permanente com os Verdes) e o Bloco de Esquerda, uma agremiação de tendências socialistas mais ou menos comparável ao PSOL brasileiro, ao espanhol Podemos e ao NPA francês.

Com a chegada de Costa ao poder, as coisas melhoraram. Empresas públicas seriamente sucateadas pelo tacão neoliberal anterior conseguiram se recuperar, como foi o caso da “Carris”, empresa estatal de ônibus e bondes, que o governo direitista anterior queria ceder para a iniciativa privada. Ela foi municipalizada e os funcionários recuperaram o 13º e 14º salários e a majoração em 50% das horas extras. Em 2018, o congelamento das carreiras foi suspenso e as contratações recomeçaram. A recuperação, em todo caso, é lenta, pois o rompimento com as medidas de austeridade não foi completo. Antonio Costa persegue uma política moderada, “embora mais rápida do que se previa, estimulada por seus aliados do PCP e do Bloco de Esquerda” (LENOIR; DARCY, 2017b, p.1). Nem todas as reivindicações de BE e PCP são ouvidas pelo governo, no entanto. Políticas como banco de horas de 200 horas, pagas como hora normal, à disposição dos patrões para usá-las como preferirem, ou flexibilização e precarização de contratos continuam em plena vigência no país. Reivindicações do PCP e BE como aumento do salário mínimo (600 euros a partir de 2019) e integração programada dos trabalhadores precários ao Estado tem sido atendidas.<sup>5</sup>

De certa forma, a coalizão funciona conseguindo resultados que satisfazem “tanto a população como as autoridades europeias, cujas aspirações são opostas” (Idem, p.5). Já observamos anteriormente que nem PCP nem BE fazem parte do governo do Primeiro Ministro António Costa. O PS governa sozinho. Tem apoio da coalizão no Parlamento, em que as leis propostas são aprovadas com o voto da esquerda radical, embora esta ainda se abstenha em algumas ou se rebele publicamente contra aquelas que condena, “resguardando sua capacidade de iniciativa” (Idem). As diferenças continuam não sendo de fácil resolução, mas PCP e BE não cogitaram até o momento abandonar a aliança – o que significaria a queda de Costa. Para António Esperança, líder do PCP do distrito de Braga, “Temos divergências com o governo, mas o importante é evitar o retorno de uma direita neoliberal” (Idem). Além desta posição de princípio, há também um critério pragmático importante: o aumento de popularidade do próprio Partido Socialista, com quem seria eleitoralmente arriscado romper nesta fase.

---

<sup>5</sup> Embora o aumento do salário mínimo português faça parte das promessas de campanha do PS, ele continua a representar risco de pobreza para grande parte da população, pois se trata de viver com um salário bruto mensal de 630 euros. Em alguns territórios, como o insular Açores, é o rendimento de um terço das famílias (LIMA, 2019, p. 1).

Sinal da novidade e da relevância política do acordo parlamentar entre PS e BE/PCP-Verdes é a investida sistemática de críticos da imprensa conservadora em desmoralizar a coalizão por meio de tentativas ingênuas de voltar uns contra os outros: “quem manda é o PS e, no domínio político, a geringonça não é mais do que a capitulação das agendas de BE/PCP em troca de algum acesso ao poder, mas nunca de uma real influência na governação – de onde o PS excluiu totalmente os parceiros” (CRISTO, 2018, p.1). De fato, BE/PCP participam em uma coalizão parlamentar, não de governo, e isso já ficara claramente estabelecido desde o início. Sustentam o governo de António Costa enquanto maioria parlamentar, mas mantêm independência e autonomia programática, e mesmo forte oposição à Costa em várias questões, como na longa luta de 2018/19 dos trabalhadores enfermeiros e professores por melhorias nas condições de trabalho, previdência das categorias e reposição salarial. Reiteramos a observação anteriormente feita de que é justamente pelo viés do pragmatismo eleitoral que se pode também avaliar a postura autônoma de BE/PCP, como uma tentativa de estabilizar sua base eleitoral e evitar as perdas que custaram a maioria parlamentar aos partidos de direita, embora o PSD tenha vencido as eleições de 2015 com 38% dos votos, deixando o PS em segundo lugar.

O mesmo crítico insiste:

Há ainda mais exemplos da irrelevância de PCP/BE na definição das opções políticas do governo – por exemplo, nas alterações às leis laborais, que o PS combinou com o PSD. Esta sucessão de irrelevâncias demonstra que o projeto de uma esquerda unida enquanto alternativa às “políticas de direita” e enquanto pilar de “defesa do Estado Social” é uma “ilusão” (Idem)

Trata-se de uma crítica ligeira. O articulista em questão chama de “sucessão de irrelevâncias” uma atuação da esquerda radical portuguesa que demonstra concerto tático e conjuntural, sem nunca deixar de admitir as contradições que, naturalmente, se apresentariam. Foi conscientemente e apesar das renitências neoliberais do Partido Socialista que BE/PCP aceitaram fechar uma coalizão que desaceleraria os movimentos da foice sombria da “austeridade”, fiando-se num setor mais moderado do PS, com António Costa à frente. Obrigado a reconhecê-lo, o desajeitado crítico trai suas próprias intenções e assevera:

[A geringonça] foi incapaz de construir uma alternativa política para lá da retórica: *mesmo num contexto de retoma económica e de crescimento(!)*, a contenção orçamental não se evaporou, como exigiram PCP e BE... *Claro que, entretanto, houve reposições salariais e até mais contratações para a administração pública nos últimos*

anos (!). Mas, objetivamente, essas reposições também estavam previstas no programa de PSD e CDS (*mesmo que a outro ritmo*) (!)” (Idem, grifos e pontos de exclamação meus).

O autor admite avanços que seriam impensáveis na conservadora gestão anterior. Registra a melhoria econômica, as reposições salariais, a retomada das contratações, e seu desdenhoso argumento é que seriam reformas também previstas na cartilha conservadora-neoliberal, só que “a outro ritmo”! Tal “outro ritmo” não tem necessidade de se provar, já é suficientemente conhecido pelos países capitalistas periféricos.

O texto e seu autor pertencem ao periódico *Observador*, publicação exclusivamente eletrônica e de tendência editorial assumidamente direitista. Faz parte de um rol de publicações impressas e eletrônicas que pertencem ao que alguns analistas chamam de “nova direita” em Portugal. Tal “nova direita” teria avançado, com mais intensidade a partir dos anos 2000, ao espaço público e midiático, “onde a esquerda tem tido hegemonia desde 1974”, referência à Revolução dos Cravos e ao momento onde, supostamente, a direita política teria sido banida dos espaços públicos do país (MOURA, 2014, p.1)<sup>6</sup>. Consideram que sua dificuldade atual está em dever ser melhores que “os intelectuais de esquerda, que não têm tanta necessidade de provar o seu valor” (Idem). Como visto acima, a tarefa não parece estar sendo intelectualmente bem executada.

Com a aproximação das eleições de abril para o Parlamento, o primeiro ministro do PS António Costa já manifestava seu desejo de que a fórmula continuasse a funcionar. Considerou que a dissolução da “geringonça” ocorreria se “se entrasse em radicalismos” que colocassem em causa a solução que, em sua opinião, é um fator de enriquecimento da democracia (ALVAREZ, 2019, p.1). O primeiro ministro deseja a continuidade de uma solução parlamentar que permitiu, primeiro, a existência de um governo do PS e, depois, que esse governo revertesse parcialmente o cínico descalabro predatório neoliberal, recuperando salários, empregos e buscasse restabelecimento dos serviços públicos, a despeito dos fortes conflitos trabalhistas ainda existentes, sobretudo nas áreas de educação e saúde. A hipótese a se verificar é se o PS continuaria propenso às atuais alianças no caso de uma vitória eleitoral que lhe conferisse fácil maioria no parlamento. Manteriam, os já historicamente moderados socialistas, esta desconfortável

---

<sup>6</sup> Para uma perspectiva abrangente sobre a “Revolução dos Cravos”, ou a Revolução Portuguesa, conferir, por exemplo, Augusto (2011) e Mailer (2018).

aliança com a esquerda radical portuguesa? Como tal vitória é improvável e as coalizões à direita ainda desfrutam de confortável margem de votos, a “geringonça”, por incrível que pareça (e já nem parece tão incrível), tem razoáveis chances de manter o leme em Portugal, a depender dos humores parlamentares do PS e do que eventualmente lhe ofereçam os grupos direitistas.

De fato, BE e PCP tiveram papel importante em algumas melhorias evidentes, como o descongelamento dos salários do funcionalismo e a interrupção da privatização dos transportes públicos, além de um pequeno, mas importante, aumento do salário mínimo e dos auxílios moradia às famílias mais pobres (CARUJO; PRÍNCIPE, 2016, p.4). A questão principal, o elemento depredador do orçamento nacional, entretanto, não foi posto em discussão: a assiduidade dos compromissos da “dívida” para com a banca europeia. Um dos pontos essenciais sobre os quais não há acordo definitivo entre os partidos da coalizão é justamente a gestão da dívida externa e da dívida pública, “que condiciona a política de investimentos e a criação de empregos” (LOUÇÃ, 2015, p.1). O Bloco de Esquerda considera, por exemplo, que dificilmente se poderá reestruturar a dívida portuguesa sem estar preparados para romper com a unidade econômica e o Euro. À época da chegada do poder do Syriza na Grécia e do estrangulamento sofrido por esse governo nas mãos da Troika, essa era a opinião do BE (Idem), à qual continua fiel.

O que se conseguiu até aqui, entretanto, não foi pouca coisa, considerando os tempos atuais e o contexto das economias mais vulneráveis da Europa. PCP e BE podem se arrogar a responsabilidade, juntamente ao gabinete do PS, de terem puxado o freio de mão no processo de empobrecimento dos trabalhadores portugueses que se desenrolava há anos. Entretanto, para ambos os partidos, terminar a legislatura atual sem carregar também a responsabilidade pelo que não funcionou (categorias como os professores e enfermeiros fizeram longas e estrepitosas greves nos últimos meses; as medidas de austeridade foram parcialmente interrompidas, mas a adesão completa de Portugal aos compromissos com a Troika nunca foi posta em questão pelo gabinete do PS) pode ser tarefa tão difícil quanto eleitoralmente delicada. O que teria melhores efeitos ante a “opinião pública” e, principalmente, ante o eleitor de boa vontade? A impressão de maturidade transmitida por uma eventual e cuidadosa autocrítica, ou a denúncia da resiliência submissa do gabinete socialista às determinações da banca internacional, apesar dos esforços em contrário de BE e PCP? A resposta programática

do BE, que nos grandes traços pode ser aproximada da dos comunistas, aponta para a segunda direção:

“O passo em frente de que precisamos não é uma figura de linguagem. Envolve mudar radicalmente nossas práticas e prioridades. A esquerda anticapitalista deve trabalhar a partir de baixo para reinventar a democracia, para reconstruir o movimento popular, para fomentar o desenvolvimento de coletivos auto organizados e para construir uma frente política e social que possa se afirmar como uma alternativa real austeridade, suave ou brutal.” (CARUJO; PRÍNCIPE, 2016, p.4).

As dificuldades para o desenvolvimento de ações políticas e narrativas de resistência está nos diferentes níveis em que o discurso neoliberal ocupa espaços consolidados na sociedade: o argumento catastrofista a respeito de não haver alternativas à austeridade fiscal franqueia o caminho a todo tipo de medidas antidemocráticas, com a ajuda de uma massiva propaganda ideológica midiática para entorpecer a resistência popular; tal propaganda massiva explica e justifica todo tipo de política econômica de desvalorização do trabalho, redução da assistência social e empobrecimento geral da maioria já mais pobre, além de ataque generalizado às legislações trabalhistas; e, finalmente, a conquista de corações e mentes por aquela mesma propaganda massiva, atingindo todas as dimensões das relações sociais, interpessoais e institucionais, pavimentando o caminho das concepções ideológicas mais retrógradas e reacionárias, desqualificando o debate público e democrático sobre as políticas progressistas em matéria de educação, sexualidade, direitos das mulheres e dos LGBTs, e sobre o racismo.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> As análises mais demoradas, como se sabe, tendem a apontar uma já hegemônica mentalidade neoliberal que atravessa todas as classes sociais e formata corações e mentes em torno de princípios tão falaciosos quanto mais genéricos, como “competitividade”, “empreendedorismo”, “marketing pessoal” (CAMPOS; SOEIRO, 2016). Seria um novo “americanismo”, um novo “modo de vida”, para lembrarmos das sugestões de Gramsci? No final da década de 1980 David Harvey já observava: “Como o sucesso político do neoconservadorismo dificilmente pode ser atribuído às suas realizações econômicas globais (seus fortes resultados negativos em termos de desemprego, de crescimento sofrível, de rápido deslocamento e da espiral da dívida só são compensados pelo controle da inflação), vários comentaristas têm atribuído sua ascensão a uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 1950 e 1960, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura empreendedora (sic) que penetrou em muitos aspectos da vida (...) Hoje, o empreendedurismo (sic) caracteriza não somente a ação nos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística” (HARVEY, 2009, p. 161). “E religiosa!”, acrescentaríamos também hoje. Mais recentemente, Pierre Dardot e Christian Laval ofereceram uma análise também interessante: “A concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do

Há uma dificuldade enfrentada por partidos políticos de novo tipo como o Syriza (Grécia), o Podemos (Espanha) e, obviamente, também o Bloco de Esquerda em Portugal. A mesma facilidade de crescer – relações com os movimentos sociais e anticapitalistas, e com o público geral indignado com as estruturas partidárias e parlamentares tradicionais - encontra, rapidamente, problemas para lidar com aquele crescimento diante das dificuldades criadas pela heterogeneidade ideológica e de perfis de militantes. Segundo Catarina Príncipe, intelectual militante do BE, é preciso construir mediações entre as formas políticas tradicionais (partidos, parlamento e instituições) e os movimentos sociais que mostraram esta nova forma de organização e nova agenda política. A construção dessas mediações encontra duros obstáculos por causa do que ela chama de “estratégia dual” desses partidos:

Por um lado, esses partidos precisam ter acesso a um certo nível institucional para ganhar credibilidade junto aos eleitores de centro-esquerda; por outro lado, devem conseguir atrair uma grande população de desiludidos com políticas institucionais e, portanto, esforçar-se para se apresentar - na forma e no conteúdo - como órgãos diferentes dos partidos que ainda estão no centro do sistema político” (PRÍNCIPE, 2018, p.7).

Cada movimento desagradando bastante sua contraparte...

As políticas de austeridades não foram revertidas, apenas interrompidas. Não houve investimento real do Estado na infraestrutura produtiva do país, mas a interrupção das medidas recessivas permitiu alguma melhora no poder de consumo interno, o que ainda foi favorecido pela queda nos preços de petróleo e aumento da atividade turística. Há razões para, de alguma forma, desconfiar das possibilidades de uma vida longa para experiências como as da "geringonça", por uma razão clara, pelo menos: a história recente da socialdemocracia europeia é de plena adesão aos preceitos neoliberais, e não o foi menos o caso do PS português. Para o Partido Socialista, o

---

sujeito produtivo das sociedades industriais (...) Se existe um novo sujeito, ele deve ser distinguido nas práticas discursivas e institucionais que, no fim do século XX, engendraram a figura do homem-empresa ou do ‘sujeito empresarial’, favorecendo a instauração de uma rede de sanções, estímulos e comprometimentos que tem o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo. Alcançar o objetivo de reorganizar completamente a sociedade, as empresas e as instituições pela multiplicação e pela intensificação dos mecanismos, das relações e dos comportamentos de mercado implica necessariamente um devir-outro dos sujeitos (...) O homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial (...) A racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 321-22; 328).

arranjo atual serve como estratégia de sobrevivência eleitoral; para comunistas e bloquistas, serve também como tática para manter a direita afastada do poder. O preço disso pode ficar mais alto conforme aumente a pressão da crise mundial, e, como se sabe, as alianças com a direita histórica nunca estarão fora do baralho do PS. Por fim, a boa vontade da Troika para com a "geringonça" durará enquanto ela sentir que pode eventualmente contar com o PS, ao final das contas, para manter em pauta a ortodoxia neoliberal orçamentária.

Para alguns, todavia, a importância histórica da coalizão parlamentar que sustenta o governo português estaria estabelecida. Ela significaria um avanço central para a modernização do próprio sistema político português (TAVARES, 2018, p.1). De resto, a “geringonça” apareceria como uma inusitada exceção positiva no desastre geral da esquerda europeia. Rui Tavares, dissidente do BE e fundador do LIVRE (pequeno partido da extrema esquerda), aponta aquele “pecado” que pode ser, de fato, capital às agremiações de esquerda que chegam ao poder, qual seja a escolha taticista pelas políticas fechadas de gabinete e o distanciamento das “bases”, do diálogo com os grupos sociais de apoio a essas mesmas agremiações (TAVARES, 2018, p.4) (No Brasil sabemos o quanto isso custou ao Partido dos Trabalhadores).

No início de 2019, Pedro Nunes Santos, Secretário de Assuntos Parlamentares (uma espécie de articulador político do governo do Partido Socialista), manifestou a esperança de que “a grande vitória da esquerda” em Portugal não tenha sido “mero parêntese na história da democracia portuguesa” (SANTOS, p.1, 2019). Na opinião do secretário, a vitória em 2015, “esta grande experiência das esquerdas que pela primeira vez conseguiram ultrapassar muros e trabalhar em conjunto” (Idem), fora importante por ter acabado com a hegemonia que a direita tinha sobre as alianças políticas em Portugal, algo que, ele espera, se mantenha em 2019. No momento em que Santos fazia essas declarações, a esquerda ainda se mantinha à frente nas pesquisas de opinião.

Para a esquerda radical representada por PCP e BE, o apoio ao governo do PS pode resultar em resultados eleitorais importantes. Para ambos os partidos, todo cuidado é importante para evitar associação a um eventual fracasso econômico e político. Por isso, ficar fora da composição do gabinete de Costa atende mais do que as exigências ideológicas de seus respectivos programas estratégicos. Atende também a uma importante tática eleitoral.



Em termos de mais longo prazo, a situação para a esquerda radical se torna mais complicada quando se constata, e não apenas em Portugal, que os movimentos sociais massivos anti-austeridade, anti-Davos, etc, desapareceram e não há auto-organização popular relevante contra as políticas de austeridade:

Precisamos de organizações que propiciem a auto-organização no nível regional, partidos políticos e movimentos que contestem a austeridade e o capitalismo no nível nacional; e movimentos supranacionais que emergjam do encontro entre todos esses atores políticos (PRÍNCIPE, 2017, p. 17).

Na Europa, bem como nas Américas, porém, a aceleração da ofensiva neoliberal muda as aparências. O conteúdo de sempre (violência militarista contra os mais pobres e saque de riquezas públicas via dívidas fabricadas ou privatizações) não vem mais envolto (pelo menos não com a importância estratégica de antes) pelo falatório midiático sobre promoção da democracia, da tolerância e das liberdades individuais, mas assume-se agora abertamente intolerante, xenófobo, racista, obscurantista. Liberalismo e fascismo voltaram a firmar aliança estratégica no fim da segunda década do século XXI. Por isso a expansão de organizações políticas populares que sejam, antes de qualquer coisa, antifascistas, é a tarefa urgente. Nesse sentido, quaisquer iniciativas políticas que sejam capazes de manter longe do poder de Estado, pelo maior tempo possível, representantes daquele sombrio espectro antipopular, são muito bem-vindas. É justamente esta a responsabilidade maior que pesa agora sobre a “geringonça” e, especialmente, sobre o PS, embora isso não constasse em seus (do PS) pragmáticos cálculos originais. O mesmo Rui Tavares já opinara que “a governação à esquerda (...) trata-se precisamente de garantir que no núcleo essencial daquilo que a une – o estado social e o cumprimento da Constituição – o acervo de conquistas do 25 de abril fique salvaguardado por mais uma geração” (TAVARES, 2016, p.1), referindo-se à conhecida “Revolução do Cravos”, que em abril de 1974 varreu do poder a ditadura salazarista e instalou um regime democrático.

Há ainda quem argumente que a experiência de esquerda em Portugal possa ser vista como uma espécie de “quarta via” para os partidos socialistas e sociais-democratas da Europa, uma perspectiva de retomarem as rédeas de projetos democráticos e populares no continente. Como enfatizam os próprios representantes da “Geringonça”, ela é uma experiência “que pretende demonstrar que é possível fazer uma política alternativa à da austeridade com ‘bons resultados’, valorizando o Estado Social e

respeitando os compromissos europeus” (GANDRA, 2017, p.1). O delicado equilíbrio do governo reside justamente nas últimas palavras acima: valorizar o Estado Social ao mesmo tempo em que são cumpridos os “compromissos europeus”. Tal continuará sendo possível?

O ano de 2019 promete muitas dificuldades ao PS e à própria continuidade da “Geringonça”, sendo praticamente todo ele preenchido por campanhas eleitorais (europeias em fins de maio e legislativas internas em outubro). O próprio governo reconhece, ou pelo menos não o nega, que o crescimento econômico vai desacelerar. O Banco de Portugal já reviu para baixo as projeções para 2019, passando de otimistas 2,2% para 1,8% (2019..., 2018, p. 3). Vários temas prometem causar importantes tensões internas no acordo PS-BE-PCP-Verdes: reformas da legislação trabalhista, carreira congelada dos professores e do funcionalismo público, “Leis de Bases” da saúde e da habitação. Oficiais de justiça, juízes, enfermeiros e professores são algumas das categorias que já prometeram greves para breve. A própria CGTP (Central Geral dos Trabalhadores Portugueses) não descarta a hipótese da convocação de uma greve geral, o que poderia ser um sério risco à continuidade do acordo de esquerda que governa o país, dada a proximidade entre a central sindical e os comunistas (2019..., 2018, p. 1). De toda forma, falta ainda uma variável importante em toda essa equação: os resultados das eleições parlamentares. Caso BE e PCP mantenham as condições de conceder a maioria dos votos da Assembleia da República a um governo do PS, provavelmente a “geringonça” possa ter razoável sobrevida.

### **Considerações finais**

É a pressão das instituições financeiras europeias para a adoção de políticas de “austeridade” o maior desafio para a esquerda governante. “Austeridade”, como se sabe e, em resumo, é um conjunto de medidas de aperto orçamentário para que recursos antes destinados a investimentos e necessidades sociais sejam desviados para os cofres da banca credora da “dívida pública”. Assim,

A concepção econômica clássica de que a dívida pública deveria ser uma fonte de recursos para o financiamento do Estado cai por terra, na medida em que se evidencia a utilização do endividamento público meramente como um instrumento de mercado que possibilita a extração de recursos públicos e justifica cada vez mais a adoção de reformas neoliberais (FATTORELLI, 2012, p.9).

É claro que, em tal quadro, os trabalhadores não recebem de volta, de forma minimamente satisfatória, a parte do salário que pagam como impostos diretos, nem o que pagam em impostos indiretos sobre tudo o que consumam ou possuam. Cada vez menos o recebem nas formas das políticas públicas obrigatórias ao Estado conforme a própria Constituição, tais como serviços sociais de saúde, educação, moradia e previdência, pois tais recursos estão sendo saqueados pelos “credores da dívida”. Ainda segundo Fatorelli (2012, p. 11), várias pesquisas recentes demonstram que a origem do déficit não está no cumprimento das obrigações de investimento e proteção social por parte do Estado, porque, de forma geral, é a massa salarial que cobre esses gastos nas formas de todo tipo de contribuição e impostos (em proporção muito maior do que os gastos do capital com impostos).<sup>8</sup> É isso, portanto, que “reforça a necessidade de realização da auditoria da dívida pública para provar sua origem, o destino dos fundos, os beneficiários e os responsáveis”. Em suma, é mais do que óbvio que o mecanismo da dívida pública vem sendo usado como instrumento de reprodução do capital financeiro, num “lucrativo esquema formado por bancos, autoridades monetárias e agências de avaliação de risco”.

A experiência da “geringonça” portuguesa, com todas as suas contradições, mostrou a possibilidade contemporânea da união tática das forças da esquerda socialista na resistência às políticas neoliberais de “austeridade”. Para além da possibilidade, trata-se da necessidade de um acordo parlamentar dessas forças políticas para desacelerar a tragédia social deliberadamente promovida pelos “ajustes” neoliberais. Nem o Partido Comunista, nem o Bloco de Esquerda foram levados a abandonar seus princípios estratégicos. Ao contrário, mantiveram sua independência programática abstendo-se de participar no governo e sustentando a crítica sobre as políticas de “austeridade” que o PS ainda manteve. Souberam, entretanto, decifrar as premências de uma relação de forças internacionalmente desfavorável, na qual ou se uniam ao gabinete socialista ou seguiam em uma luta fragmentada, quixotesca, enfraquecendo-se política e eleitoralmente, franqueando aos grupos conservadores e neoliberais mais uma longa etapa de quatro anos de saque e degradação das condições de vida dos trabalhadores portugueses. Estes ainda têm muito o que recuperar e toda a luta pela frente. Mas as

---

<sup>8</sup> Conferir Shaikh (2012, pp.119-136) e, especificamente sobre Portugal, ver Guedes e Pereira (2012, pp. 21-70).

lições devem ser aprendidas e os acertos, registrados. Pode ser que esta coalizão parlamentar entre PS, PCP-Verdes e BE se consolide como alternativa anti-neoliberal de mais longo prazo, ou pode ser que as eleições parlamentares de 2019 alterem a relação de forças partidárias de forma a que a “geringonça” encontre seu fim. De toda forma, o exemplo português, pelo menos nos últimos quatro anos, projeta uma lufada de oxigênio em meio às espessas névoas tóxicas da ameaça fascista que recrudescer e avança por Europa e Américas, esturricando o bom senso e asfixiando a razão pública. Ainda que, no momento em que se leia estas últimas linhas, a “geringonça” possa já estar desmontada, terá deixado um exemplo histórico.

### Referências

- 2019: o fim “geringonça”, a campanha eleitoral na rua e o que ainda há por resolver. **Observador**. 28 dez 2018. Disponível em <https://observador.pt/especiais/2019-o-fim-da-geringonca-a-campanha-eleitoral-na-rua-e-o-que-ainda-ha-por-resolver>, acesso em 02 fev 2019.
- ALVAREZ, Luciano. Costa espera que “geringonça” se possa “renovar” após legislativas. **Público**, 16 jan 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/01/16/politica/noticia/costa-espera-geringonca-possa-renovar-apos-legislativas-1858141#gs.qSeGTscQ>, acesso em 02 fev 2019.
- AUGUSTO, Claudio de Farias. **A Revolução Portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BRATSIK, Peter. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. **Crítica Marxista**, n.44, p.21-42, 2017.
- CAMPOS, Adriano; SOEIRO, José. **A falácia do empreendedorismo**. Lisboa: Bertrand, 2016.
- CARUJO, Carlos; PRÍNCIPE, Catarina. Portugal : où va la gauche radicale ? **Contretemps**, 24 jun 2016. Disponível em <https://www.contretemps.eu/portugal-ou-va-la-gauche-radicale/>, acesso em 04 jan 2019.
- CRISTO, Alexandre H. O fracasso da geringonça. **Observador**, 20 ago 2018. Disponível em <https://observador.pt/opiniao/o-fracasso-da-geringonca/>, acesso em 04 jan 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EDITORIAL. É possível alcançar soluções para o país. **Avante**, 31 jan 2019. Disponível em <http://www.avante.pt/pt/2357/Editorial/153121/%C3%89-POSS%C3%8DVEL-ALCAN%C3%87AR-SOLU%C3%87%C3%95ES-PARA-O-PA%C3%8DS.htm>, acesso em 02 fev 2019.
- ESTEVEZ, Manuel. 2015: E, pasmado, o país viu nascer a geringonça. **Jornal de Negócios**, 31 mai 2017. Disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/detalhe/2015-e-pasmado-o-pais-viu-nascer-a-geringonca>, acesso em 02 fev 2019.

- FATTORELLI, Maria Lúcia. Prefácio. In: VARELA, Raquel (org.). **Quem paga o Estado social em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 2013, pp. 9-13.
- FREIRE, André. **Para lá da “Geringonça”**. Lisboa: Contraponto, 2017.
- GALRÃO, Márcia; TAVARES, Rita. **Como Costa montou a geringonça em 54 dias**. Alfragide: Leya, 2016.
- GANDRA, Vasco. A "geringonça" portuguesa pode ser a "quarta via" do socialismo europeu? **Público**, 11 mai 2017. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/05/11/politica/noticia/a-geringonca-portuguesa-pode-ser-a-quarta-via-do-socialismo-europeu-1771730>, acesso em 02 fev 2019.
- GUEDES, Renato; PEREIRA, Rui Viana. Quem paga o Estado Social em Portugal? In: VARELA, Raquel (org.). **Quem paga o Estado social em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 2013, pp. 21-70.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LENOIR, Gwenaëlle; DARCY Marie-Line. “Geringonça”, l’alliance inattendue. **Le Monde Diplomatique**, oct 2017b, pp. 4-5. Disponível em <https://www.monde-diplomatique.fr/2017/10/DARCY/58001>, acesso em 04 jan 2019.
- LENOIR, Gwenaëlle; DARCY Marie-Line. Experimentos de esquerda em Portugal. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 out 2017a. Disponível em <https://diplomatie.org.br/experimentos-de-esquerda-em-portugal/>, acesso em 02 fev 2019.
- LIMA, Antonio. Passar da indignação à ação. **Esquerda.net**, 02 fev 2019. Disponível em <https://www.esquerda.net/opiniao/passar-da-indignacao-acao/59403>, acesso em 04 fev 2019.
- LOUÇÃ, Francisco. Une nouvelle situation politique au Portugal? **Contretemps**, 5 nov 2015. Disponível em <https://www.contretemps.eu/une-nouvelle-situation-politique-au-portugal-entretien-avec-francisco-louca/>, acesso em 04 jan 2019.
- MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Lisboa: Antígona, 2018.
- MORAES, Reginaldo. **Bloco de Esquerda e Podemos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016. (MORAES, 2016, p. 08)
- MOURA, Paulo. Os intelectuais de direita estão a sair do armário. **Público**, 15 jun 2014. Disponível em <https://www.publico.pt/2014/06/15/portugal/noticia/nao-lhes-caem-os-parentes-na-lama-por-serem-de-direita-1639615#gs.ITV2bWtK>, acesso em 04 jan 2019.
- O QUE É a “Geringonça portuguesa”? **M**, 2 mai 2018. Disponível em <https://medium.com/geringon%C3%A7a/o-que-%C3%A9-a-geringon%C3%A7a-portuguesa-73abc8907436>, acesso em 04 jan 2019.
- PCP e PEV querem mais com mais CDU. **Avante!** 31 jan 2019. Disponível em <http://www.avante.pt/pt/2357/pcp/153149/PCP-e-PEV-querem-mais-com-mais-CDU.htm>, acesso em 04 fev 2019.
- PRÍNCIPE, Catarina. Anti-Austerity and the politics of toleration in Portugal. **ONLINE-Publikation**, n 19, 2017. Disponível em <https://www.rosalux.de/en/publication/id/38188/anti-austerity-and-the-politics-of-toleration-in-portugal>, acesso em 04 jan 2019.

- PRÍNCIPE, Catarina. Austérité, mouvements sociaux et gauche radicale au Portugal. **Contretemps**, 21 mar 2018. Disponível em <https://www.contretemps.eu/austerite-mouvements-sociaux-gauche-radicale-portugal/>, acesso em 02 fev 2019.
- RODRIGUES, Manuel. Escangalhar a política de direita. **Avante!** 31 jan 2019. Disponível em <http://www.avante.pt/pt/2357/opiniao/153088/Escangalhar-a-pol%C3%ADtica-de-direita.htm>, acesso em 04 fev 2019.
- SANTOS, Pedro N. “Geringonça não pode ser mero parêntese na história da democracia”. **Público**. 1 fev 2019. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/02/01/politica/noticia/pedro-nuno-santos-geringonca-nao-mero-parentese-historia-democracia-1860270>, acesso em 04 fev 2019.
- SHAIKH, Anwar. Quem paga o “bem-estar” no Estado-providência? Um estudo sobre vários países. In: VARELA, Raquel (org.). **Quem paga o Estado social em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 2013, pp. 119-136.
- TAVARES, Rui. A geringonça tem futuro? **Público** 05 out 2016. Disponível em <https://www.publico.pt/2016/10/05/politica/opiniao/a-geringonca-tem-futuro-1746223>, acesso em 02 fev 2019.
- TAVARES, Rui. Exortação à “geringonça”. **Público**. 20 abr 2018. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/20/politica/opiniao/exortacao-a-geringonca-1811035#gs.e6cUQN51>, acesso em 02 fev 2019.
- VARELA, Raquel (org.). **Quem paga o Estado social em Portugal?** Lisboa: Bertrand, 2013.

RECEBIDO EM 06-12-2018

APROVADO EM 27-04-2019